



## **Frente ingressa no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação contra prorrogação da Desvinculação de Receita da União (DRU)**

**A ação visa impedir o andamento da DRU que atualmente tramita no Congresso Nacional.**

Na quinta-feira (14/07/2016), a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência, coordenada pelo senador Paulo Paim (PT/RS) e o deputado Arnaldo Faria Sá (PTB/SP), apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação contra a Desvinculação de Receita da União (DRU), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 415. A ADPF foi de iniciativa e representada pelos advogados Diego Monteiro Cherulli e Guilherme Pfeifer Portanova.

A DRU é um mecanismo que permite que parte das receitas de impostos e contribuições não seja obrigatoriamente destinada a determinado órgão, fundo ou despesa. Segundo o governo, a desvinculação de receitas tornou-se necessária para enfrentar o problema do elevado grau de vinculações de receitas no Orçamento Geral da União, o que traz rigidez na alocação de recursos públicos, que tem sido apontada como um sério problema de gestão governamental, já que prejudica tanto a execução das políticas públicas quanto o uso dos instrumentos de política fiscal. Segundo dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), somente em 2014 o acumulado dos efeitos da DRU superou R\$ 63 bi, quantia que poderia ser revertida a diversas frentes em benefício à população.

De acordo com os proponentes da ação, integrantes da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, a DRU retira os direitos básicos da população, porque retira verbas para a Seguridade Social e compromete investimentos que deveriam ser destinados a uma série de programas sociais. Em 2012, a DRU retirou R\$ 58 bilhões das contribuições sociais. Em 2013 o dano foi de R\$ 63 bilhões. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 4, de 2015, atualmente, está no Senado para aprovação em dois turnos, e prorroga a DRU até o ano de 2023 e amplia para de 20% para 30% o percentual que o governo poderá retirar dos recursos sociais.

### **Frente Parlamentar**

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social foi lançada em maio deste ano por iniciativa do Senador Paulo Paim (PT-RS) e do Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), em conjunto com diversas associações, sindicatos e entidades nacionais, estaduais, municipais e distritais, defendendo a manutenção dos direitos sociais e uma reforma estrutural da captação de recursos nos termos da legislação atual, com o propósito de garantir a segurança jurídica e atuarial do sistema de Seguridade Social Brasileiro.

Para mais informações sobre a ADPF, basta acessar: <http://goo.gl/Trm3Cm>.

Acesse também a página da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social e junte-se a causa: <http://www.frenteparlamentardaprevidencia.org/>.